Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis

Exercícios de

2020 e 2019

Companhia Energética Miranda S.A.

CNPJ: 28.942.127/0001-49
NIRE: 42 3 0004595-1
R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis – SC
CEP 88025-255

ÍNDICE

Relatório da Administração 3
Balanços Patrimoniais 9
Demonstrações dos Resultados 11
Demonstrações dos Resultados Abrangentes 11
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 12
Demonstrações dos Fluxos de Caixa 13
Demonstrações dos Valores Adicionados 14
NOTA 1 - Contexto operacional 15
NOTA 2 - Apresentação das demonstrações contábeis 17
NOTA 3 - Caixa e equivalentes de caixa 19
NOTA 4 - Contas a receber de clientes 20
NOTA 5 - Ativo financeiro de concessão 20
NOTA 6 - Intangível 21
NOTA 7 - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros 22
NOTA 8 - Debêntures 27
NOTA 9 - Imposto de renda e contribuição social diferidos 29
NOTA 10 - Patrimônio líquido 30
NOTA 11 - Dividendos 30
NOTA 12 - Conciliação da receita operacional líquida 31
NOTA 13 - Resultado financeiro 32
NOTA 14 - Conciliação dos tributos no resultado 33
NOTA 15 - Transações com partes relacionadas 33
NOTA 16 - Seguros 34
NOTA 17 - Compromissos de longo prazo 35
NOTA 18 - Informações complementares ao fluxo de caixa 35
Declaração dos Diretores da Companhia 36
Conselho de Administração 37
Diretoria Executiva 37
Departamento de Contabilidade 37
Relatório dos Auditores Independentes 38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Miranda ("Miranda" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2020. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para operação da Usina Hidrelétrica Miranda ("Usina" ou "UHE Miranda"), em concessão pelo prazo de 30 anos.

A Usina está localizada no Rio Araguari, no município de Indianópolis (MG), com capacidade instalada de 408,0 MW e energia assegurada de 198,2 MW médios.

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foram negociados em 2018 com a controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), pelo prazo de 10 anos, e também estão isentos de risco hidrológico. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Miranda está 100% livre dos impactos de déficit de geração hidrológica durante a vigência deste contrato.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 582.663.140 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 582.663 mil ao final de 2020, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia, uma operadora de infraestruturas em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. No segmento de geração, a controladora implanta e opera empreendimentos de fontes convencionais, como hidrelétricas e termelétricas, e usinas de fontes complementares — pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas, biomassa e fotovoltaicas – sendo a maior geradora privada de energia do país. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

Um novo Conselho de Administração foi eleito na 3ª Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 13.11.2020, composto pelos senhores Eduardo Antonio Gori Sattamini, José Luiz Jansson Laydner e Marcelo Cardoso Malta, sendo o primeiro escolhido para exercer a função de presidente do Conselho.

Na mesma data, na 16ª Reunião do Conselho de Administração, foi reeleita a Diretoria Executiva, com a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Executivo, Paulo Roberto Keller de Negreiros eleito Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores e Arthur Roberto Frota Ellwanger na posição de Diretor Técnico-Operacional.

2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A UHE Miranda pertenceu à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), que foi responsável pela construção da Usina. O prazo de concessão anterior venceu no decorrer de 2017, o que levou a Usina a leilão organizado pelo Governo Federal em 27.09.2017. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético (CNPE).

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora, com uma oferta de R$ 1.360 milhões, resultando em ágio de 22,4% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Após a assinatura do contrato de concessão, transcorreu-se um curto período de operação assistida, compartilhada entre os antigos e novos operadores do ativo. Em 29.12.2017, a operação e manutenção da Usina passou a ser integralmente realizada pela equipe da ENGIE. A partir dessa data, iniciou-se a contagem dos 30 anos de concessão.

3. Ambiente Macroeconômico

O cenário pandêmico gerou retração econômica em todo o mundo, vivenciada no Brasil a partir de março de 2020 e refletida na queda estimada de 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, de acordo com o Relatório Focus publicado pelo Banco Central no final de dezembro – o dado oficial deve ser divulgado ao fim do primeiro trimestre de 2021. Em 2019, o PIB havia registrado alta de 1,1%.

Nesse contexto, a inflação acumulada foi de 4,52%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano anterior, o IPCA foi de 4,31%. No mercado de trabalho, os efeitos da recuperação foram modestos até o quarto trimestre do ano, com taxa de desemprego em 13,1%, próximo às máximas históricas, conforme o IBGE.

A taxa básica de juros (Selic) fechou o ano, mais uma vez, no menor patamar histórico: 2,0% a.a., enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,19 – a moeda americana estava cotada em R$ 4,03 ao fim de 2019

4. Desempenho Operacional

Em 2020, a geração bruta da UHE Miranda foi de 1.804,1 GWh, 17,0% maior que a obtida em 2019, de 1.542,3 GWh. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano de 2020 foi de 99,1%, 0,7 p.p abaixo dos 99,8% atingidos no ano anterior. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global no ano foi de 97,3%, 0,3 p.p. acima do obtido em 2019, que foi de 97,0%.

Importante destacar que a Usina é operada remotamente desde 2018 do Centro de Operação da Geração (COG) localizado em Florianópolis, na sede da ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

A assinatura do contrato para modernização dos sistemas de instrumentação e controle da usina (incluindo regulador de velocidade, regulador de tensão do gerador e sistema supervisório) está prevista para ocorrer no primeiro trimestre de 2021, em um processo que deve transcorrer durante os próximos anos.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	2020	2019	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	289.354	293.104	(3.750)	(1,3)
Lucro bruto	218.286	203.681	14.605	7,2
Margem bruta	75,4%	69,5%		5,9 p.p
Ebitda (Lajida)[1]	231.444	216.553	14.891	6,9
Margem Ebitda	80,0%	73,9%		6,1 p.p
Depreciação e amortização	(13.920)	(13.696)	(224)	1,6
Resultado financeiro	(63.801)	(65.204)	1.403	(2,2)
Imposto de renda e contribuição social	(52.220)	(46.799)	(5.421)	11,6
Lucro líquido do exercício	101.503	90.854	10.649	11,7

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

Receita operacional líquida

Em 2020, a receita operacional líquida da Companhia apresentou decréscimo de R$ 3.750 mil (1,3%), atingindo R$ 289.354 mil, frente aos R$ 293.104 mil reconhecidos em 2019. Essa variação é consequência da combinação, substancialmente, dos seguintes eventos: (i) acréscimo de R$ 2.564 mil referente à receita de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), motivada pelos efeitos da atualização monetária; (ii) redução de R$ 5.935 mil na receita com transações de energia, sendo composto por (ii.i) redução de R$ 11.257 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais; e (ii.ii) parcialmente atenuado pelo aumento de R$ 5.322 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo; e (iii) redução de R$ 379 mil na remuneração do ativo financeiro de concessão. Mais detalhes sobre o item (ii) estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

Custos da energia vendida

Os custos da energia vendida reduziram em R$ 18.355 mil (20,5%) entre os anos em comparação, passando de R$ 89.423 mil em 2019 para R$ 71.068 mil em 2020. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) Energia elétrica comprada para revenda e transações no mercado de energia de curto prazo: reduções de R$ 11.262 mil e de R$ 8.697 mil, respectivamente, entre os anos em análise, totalizando redução de R$ 19.959 mil (46,4%). Mais detalhes sobre as variações estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

b) Materiais e serviços de terceiros: decréscimo de R$ 3.807 mil (24,0%) entre 2019 e 2020, motivado, substancialmente, por reduções de custos na gestão da infraestrutura.

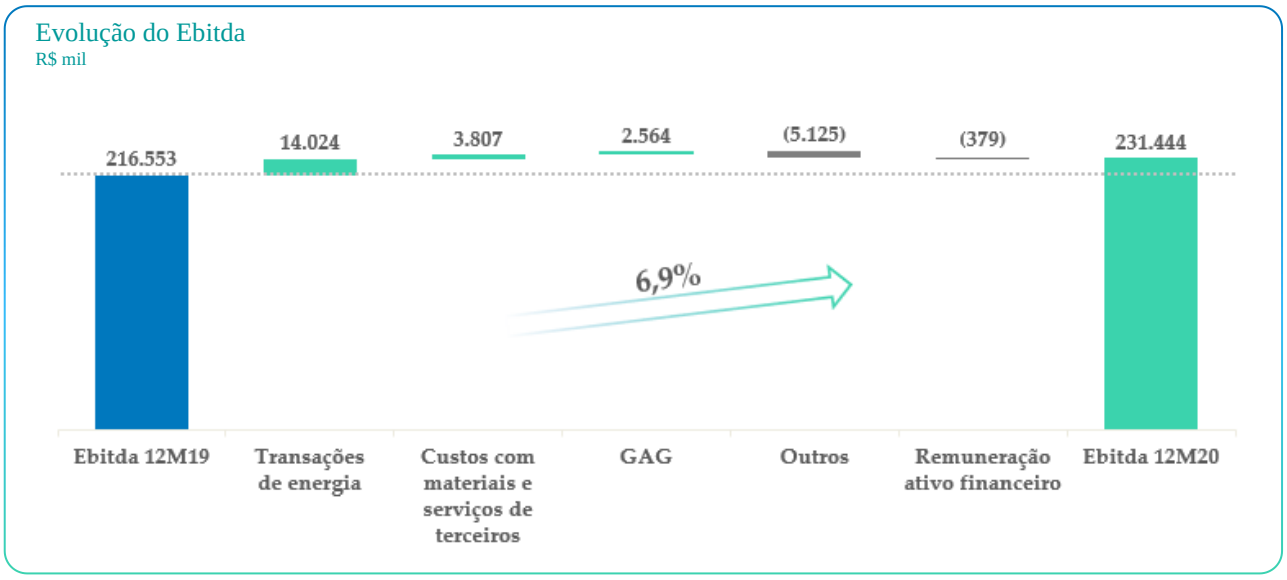
Transações de energia (incluem as transações realizadas no mercado de curto prazo)

A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF). Adicionalmente, durante 2020, a Companhia efetuou transações de energia com a sua parte relacionada Diamante Geração de Energia Ltda., também controlada pela ENGIE, no montante líquido de R$ 12.705 mil visando a realização de créditos detidos pela parte relacionada na CCEE, sendo receitas de R$ 976 mil e custos de R$ 13.681 mil.

As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram decréscimos de R$ 5.935 mil e de R$ 19.959 mil, respectivamente, ocasionando o aumento de R$ 14.024 mil no lucro bruto da Companhia. Esse aumento é resultado da compensação de resultados negativos auferido em exercícios anteriores no mercado de curto prazo, decorrente da gestão de portfólio do Grupo ENGIE, bem como transações realizadas com o intuito de realização de créditos na CCEE. Esse efeito foi parcialmente acrescido pelo reajuste de preço do contrato com a controladora.

Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda em 2020 foi de R$ 231.444 mil, R$ 14.891 mil (6,9%) acima do apurado em 2019, de R$ 216.553 mil.



Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram redução de R$ 1.403 mil (2,2%) entre 2019 e 2020, atingindo o montante de R$ 63.801 mil em 2020 (R$ 65.204 mil em 2019). O decréscimo, decorre, principalmente, dos seguintes fatores: (i) redução dos juros de dívidas, decorrente da redução dos saldos, em virtude dos pagamentos ocorridos durante o exercício de 2020; (ii) redução do ajuste a valor justo, o qual é impactado pelas curvas futuras do IPCA; e (iii) parcialmente atenuado, pelo aumento de variações monetárias de dívidas, impactado pelo aumento do IPCA nos exercícios em questão.

Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

Em 2020, essas despesas aumentaram R$ 5.421 mil (11,6%), passando de R$ 46.799 mil em 2019 para R$ 52.220 mil em 2020, em decorrência do aumento de 11,7% no lucro antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL em ambos os períodos foi de 34,0%.

Lucro líquido

O lucro líquido de 2020 foi de R$ 101.503 mil, R$ 10.649 mil (11,7%) superior aos R$ 90.854 mil apresentados em 2019, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

6. Gestão Socioambiental

A Usina Hidrelétrica Miranda segue como referência para suas ações socioambientais a Política ENGIE Brasil Energia de Gestão Sustentável, que abrange as dimensões Qualidade, Gestão de Energia, Meio Ambiente, Mudanças do Clima, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social e Engajamento de Partes Interessadas. A política é pública e pode ser encontradas no website em https://www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-codigos-e-politicas/.

Em 2020 foi realização a primeira auditoria interna na Usina, em preparação à aplicação para as Certificações ISO 9001, 14.001 e OSHAS 18.001 no ano de 2021, tal como ocorre em outras 12 usinas da ENGIE Brasil Energia.

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, executados por liberalidade da Companhia (não são condicionantes legais):

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;
b) Programa de Reflorestamento Ciliar;
c) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;
d) Afugentamento e resgate de peixes nas paradas de máquinas;
e) Monitoramento da Ictiofauna;
f) Programa de Peixamento;
g) Operação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – Jacob;
h) Programa de educação ambiental
i) Acervo arqueológico

7. Recursos Humanos

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2020.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2020.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2020	31.12.2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	55.500	48.851
Contas a receber de clientes	4	23.875	23.135
Ativo financeiro de concessão	5	116.014	112.449
Outros ativos circulantes		1.462	737
		196.851	**185.172**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Ativo financeiro de concessão	5	948.669	915.557
Outros ativos não circulantes		55	54
		948.724	**915.611**
Imobilizado		**2.841**	**2.635**
Intangível	**6**	**367.919**	**381.660**
		1.319.484	**1.299.906**
TOTAL		**1.516.335**	**1.485.078**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2020	31.12.2019
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		11.192	5.111
Dividendos	11	56.343	106.701
Debêntures	8	72.449	69.223
Imposto de renda e contribuição social a pagar		23.657	17.715
Outros passivos circulantes		14.985	6.068
		178.626	**204.818**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	8	504.059	560.646
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	59.421	40.940
Outros passivos não circulantes		11.460	7.765
		574.940	**609.351**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**10**		
Capital social		582.663	582.663
Reservas de lucros		180.106	88.246
		762.769	**670.909**
TOTAL		**1.516.335**	**1.485.078**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31.12.2020	31.12.2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	**289.354**	**293.104**
Custos da energia vendida			
Energia elétrica comprada para revenda		(14.142)	(25.404)
Depreciação e amortização		(13.920)	(13.696)
Materiais e serviços de terceiros		(12.058)	(15.865)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(8.902)	(17.599)
Pessoal		(6.307)	(5.428)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão		(6.198)	(6.441)
Outros custos operacionais		(9.541)	(4.990)
		(71.068)	**(89.423)**
LUCRO BRUTO		**218.286**	**203.681**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(762)	(824)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**217.524**	**202.857**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	13	2.315	2.534
Despesas financeiras	13	(66.116)	(67.738)
		(63.801)	**(65.204)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**153.723**	**137.653**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14	(33.739)	(27.817)
Diferido	14	(18.481)	(18.982)
		(52.220)	**(46.799)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**101.503**	**90.854**
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO – EM REAIS	10	**0,17420**	**0,15593**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**101.503**	**90.854**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**101.503**	**90.854**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31.12.2018		**582.663**	**6.024**	**-**	**102.663**	**-**	**691.350**
Dividendos adicionais de 2018 creditados	11	-	-	-	(102.663)	-	(102.663)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	90.854	90.854
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal	10	-	4.542	-	-	(4.542)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	-	(8.632)	(8.632)
- Reserva de retenção de lucros	10	-	-	77.680	-	(77.680)	-
Saldos em 31.12.2019		**582.663**	**10.566**	**77.680**	**-**	**-**	**670.909**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	101.503	101.503
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal	10	-	5.075	-	-	(5.075)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	-	(9.643)	(9.643)
- Reserva de retenção de lucros	10	-	-	86.785	-	(86.785)	-
Saldos em 31.12.2020		**582.663**	**15.641**	**164.465**	**-**	**-**	**762.769**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	153.723	137.653
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Remuneração do ativo financeiro de concessão	(144.911)	(145.289)
Depreciação e amortização	13.920	13.696
Juros e variação monetária	65.905	65.066
Outros	4.227	1.730
Lucro antes dos tributos ajustado	**92.864**	**72.856**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(740)	3.219
Ativo financeiro de concessão	108.233	102.368
Outros ativos	(1.250)	8.691
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	6.081	305
Outras obrigações fiscais e regulatórias	1.025	(49)
Outros passivos	1.294	4.506
Caixa líquido das operações	**207.507**	**191.896**
Pagamento de juros sobre debêntures, líquido de *hedge*	(36.346)	(48.976)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(27.322)	(11.215)
Caixa líquido das atividades operacionais	**143.839**	**131.705**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(386)	(3.109)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(386)**	**(3.109)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de debêntures, líquido de *hedge*	(76.803)	(64.540)
Dividendos pagos	(60.001)	(26.657)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(136.804)**	**(91.197)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**6.649**	**37.399**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	48.851	11.452
Saldo final	55.500	48.851
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**6.649**	**37.399**

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 18 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receita bruta de vendas	160.100	163.450
Remuneração do ativo financeiro de concessão	144.911	145.289
	305.011	**308.739**
(-) Insumos		
Energia elétrica comprada para revenda	(14.142)	(25.404)
Materiais e serviços de terceiros	(12.582)	(16.433)
Transações no mercado de energia de curto prazo	(8.902)	(17.599)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	(6.198)	(6.441)
Outros	(5.835)	(1.750)
	(47.659)	**(67.627)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**257.352**	**241.112**
Depreciação e amortização	(13.920)	(13.696)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**243.432**	**227.416**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	2.315	2.534
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**245.747**	**229.950**

	31.12.2020	%	31.12.2019	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração:				
Do trabalho				
Remuneração e encargos	3.787	1,50	3.115	1,4
Benefícios	736	0,30	739	0,3
Participação nos resultados	538	0,20	510	0,2
FGTS	228	0,20	200	0,1
	5.289	**2,20**	**4.564**	**2,0**
Do governo				
Impostos federais	68.120	27,7	62.912	27,4
Impostos estaduais	5	-	6	-
Encargos setoriais	4.432	1,8	3.680	1,6
	72.557	**29,5**	**66.598**	**29,0**
Do capital de terceiros				
Juros, V.M. e ajuste a valor justo de debêntures, líquidos de *hedge*	65.774	26,8	65.525	28,4
Aluguéis	287	0,1	206	0,1
Outras despesas financeiras	337	0,1	2.203	1,0
	66.398	**27,0**	**67.934**	**29,5**
Do capital próprio				
Reserva legal	5.075	2,1	4.542	2,0
Dividendos	9.643	3,9	8.632	3,7
Reserva de retenção de lucros	86.785	35,3	77.680	33,8
	101.503	**41,3**	**90.854**	**39,5**
	245.747	**100,0**	**229.950**	**100,0**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Miranda ("Companhia" ou "Miranda") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 20.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Miranda ("UHE Miranda" ou "Usina"), localizada no município de Indianópolis, estado de Minas Gerais, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1998 e possui capacidade instalada de 408 MW[1] e 198,2 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

a) Impactos da pandemia provocada pelo novo coronavírus

Em 11.03.2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a propagação da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, como pandemia, fazendo com que os países adotassem abordagens que possibilitem a prevenção de infecções, a preservação da vida e a minimização dos impactos decorrentes da referida doença.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Em decorrência da pandemia, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. Estas medidas resultaram em desaceleração da cadeia de suprimentos e significativo impacto na economia global. No decorrer de 2020, a atividade econômica vem sendo retomada nas principais cidades.

Em 13.03.2020, a controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, constituiu o Comitê de Gerenciamento de Crise para coordenar os esforços e alinhar ações preventivas. No final do 3° trimestre de 2020, a controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, divulgou aos seus colaboradores a possibilidade de retorno gradual à Sede, fornecendo recursos como aplicativo para reserva de datas, cartilha de orientação para acesso às instalações, exames a cada 15 dias para detecção da Covid-19, máscaras descartáveis, álcool gel, entre outros.

Em 2020, a Companhia, não apurou impactos significativos em suas demonstrações contábeis decorrentes da pandemia, estando suas atividades autorizadas pelos órgãos federativos a continuar operando. Adicionalmente, não são esperados efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer sua capacidade operacional. A seguir estão elencados os principais itens que estão sendo acompanhados pela Companhia.

a.1) Demanda de energia elétrica

As restrições à circulação e às atividades comerciais, industriais e de serviços impactam o consumo de energia elétrica. Contudo, grande parte do montante do consumo de energia previsto está respaldado por contratos firmados anteriormente à Covid-19. A garantia física da Companhia está contratada na sua totalidade, sendo que 70% foram destinados ao ACR por meio do regime de cotas de garantia física e 30% foram negociados com a controladora. Em relação à parcela destinada ao regime de cotas no ACR, até o presente momento, não houve alteração nas cláusulas contratuais.

a.2) Nível de inadimplência

A Companhia está acompanhando a realização de seu saldo de contas a receber de clientes, bem como o risco associado a cada cliente. Na data base destas demonstrações financeiras não há valores vencidos e, portanto, até o presente momento não houve aumento do nível de inadimplência da Companhia.

a.3) Tributos

O Governo Federal, em decorrência da pandemia, postergou o pagamento de PIS e Cofins (cumulativo e não cumulativo), por meio das Portarias ME n° 139, de 03.04.2020, e n° 245, de 15.06.2020, das competências março, abril e maio de 2020, os quais venceriam em 24 de abril, 25 de maio e 25 de junho, respectivamente, para 25 de agosto, 25 de outubro e 25 de novembro, respectivamente. Os prazos de pagamento do IRPJ e CSLL permaneceram inalterados. O montante total de PIS e Cofins da Companhia abrangidos pelas Portarias foi de, aproximadamente, R$ 6 milhões.

a.4) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu não haver evidências de que os custos registrados sejam superiores aos seus valores de recuperação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

e) Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas internacionais não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, a mesma está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

f) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

g) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão, bem como ao cálculo do valor justo das debêntures e do *hedge* contratado para proteção contra a variação dos juros sobre as mesmas.

h) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

i) Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

j) Novas normas, alterações e interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2020. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data publicação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 14				
Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework*)	*Conceptual Framework*	10.12.2019	01.01.2020	Sem impactos relevantes
Alterações anuais IASB - Ciclo de melhorias 2017-2019	Diversos	10.12.2019	01.01.2020	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 15				
Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros	IFRS 9	06.03.2020	01.01.2020	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 16				
Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos	IFRS 16	07.07.2020	01.01.2020	Sem impactos relevantes

k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2021, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data publicação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Minuta da Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos e CPC 48 – Instrumentos Financeiros.	IFRS 16 e 9	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes

l) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 24.02.2021.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e depósitos bancários à vista	**594**	**151**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	54.906	48.700
	55.500	**48.851**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo, estando concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo em 31.12.2020, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2020 e de 2019 foi de cerca de 98,7% e 99,3% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil: Contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

	31.12.2020	31.12.2019
ENGIE Brasil Energia	8.918	11.664
Distribuidoras	7.577	7.165
Transações realizadas na CCEE	7.380	4.306
	23.875	**23.135**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 45 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Em 31.12.2020, a Companhia apresentava R$ 12 de valores vencidos em seu contas a receber (R$ 19 em 31.12.2019). A Companhia não reconheceu perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 5 - ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Política contábil: O ativo financeiro de concessão corresponde ao direito incondicional de recebimento de caixa por meio do Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), para recuperação do investimento na aquisição de outorgas de concessão de usinas hidrelétricas licitadas pela União. Foi registrado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa utilizada para o cálculo do valor presente.

a) Composição

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo financeiro de concessão	116.014	948.669	1.064.683	112.449	915.557	1.028.006

Em 27.09.2017, a Companhia foi vencedora do Leilão de Concessões não Prorrogadas, para a concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, pelo período de 30 anos, a partir de 10.11.2017. O pagamento da bonificação pela outorga da concessão se deu em parcela única em 30.11.2017.

Como parte do processo do Leilão, a Companhia tem assegurado pelo Poder Concedente o direito à venda de 70% da garantia física da usina, no Sistema de Cota de Garantia Física, garantindo, assim, o direito incondicional de receber caixa durante o período de concessão, sem riscos de demanda, de mercado e hidrológicos. Dessa forma, a parcela do montante pago pela outorga da concessão, correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, calculado com base na taxa de desconto de referência na data do reconhecimento inicial (6,9%), a serem recebidos pela venda da energia no ACR, foi reconhecida como ativo financeiro.

A movimentação do ativo financeiro foi esta:

	UHE Miranda
Saldo em 31.12.2018	**985.085**
Recebimentos	(102.368)
Juros	94.001
Variação monetária	51.288
Saldo em 31.12.2019	**1.028.006**
Recebimentos	(108.234)
Juros	93.663
Variação monetária	51.248
Saldo em 31.12.2020	**1.064.683**

b) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

	Total
2022	97.836
2023	88.507
2024	80.047
2025	72.413
2026	65.508
2027 a 2031	244.888
2032 a 2047	299.470
Ativo financeiro de concessão	**948.669**

NOTA 6 - INTANGÍVEL

Política contábil: Refere-se ao direito de uso da infraestrutura, originado pela diferença entre o valor da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão. A amortização é registrada de forma linear no prazo de vigência do contrato de concessão.

		31.12.2020			31.12.2019		
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total
Bonificação pela outorga	Até 2047	411.224	(43.305)	367.919	411.223	(29.629)	381.594
Direito de uso de ativos	Até 2024	-	-	-	570	(504)	66
		411.224	**(43.305)**	**367.919**	**411.793**	**(30.133)**	**381.660**

A movimentação do ativo intangível foi esta:

	Bonificação pela outorga	Direitos de uso de ativos	Total
Saldos em 31.12.2018	**395.268**	**1**	**395.269**
Ingresso	-	66	66
Amortização	(13.674)	(1)	(13.675)
Saldos em 31.12.2019	**381.594**	**66**	**381.660**
Baixas	-	(66)	(66)
Amortização	(13.675)	-	(13.675)
Saldos em 31.12.2020	**367.919**	**-**	**367.919**

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31.12.2020 e 31.12.2019 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

NOTA 7 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de índices de preços aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta ao IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

Operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

Política contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge (hedge accounting)*.

A Companhia contratou operação de *swap* com o Banco Itaú BBA para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI. Este é o único instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia, reconhecido de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

No início da operação de *hedge*, elabora-se documentação formal com a descrição dos objetivos e as estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

A operação de *hedge* para a proteção das variações de taxas de juros flutuantes das debêntures da Companhia resulta de posição passiva vinculada à variação do CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*Hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo das debêntures e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

As perdas não realizadas nas operações de *hedge* são estas:

	31.12.2020	31.12.2019
Posição passiva		
Hedge de valor justo sobre debêntures	13.605	7.619
	13.605	**7.619**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante[1]	5.608	2.173
Passivo não circulante[1]	7.997	5.446
	13.605	**7.619**

(1) Apresentado como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Em 31.12.2020, os valores das debêntures e dos *swaps* avaliados ao custo amortizado e ao valor justo são estes:

Instrumento financeiro	Valor de referência	Vencimento principal	Pagamento juros	Juros	Custo amortizado	Ajuste valor justo	Saldo contábil
Debêntures	R$299.000	06.2023	Semestrais	107,0% do CDI	162.502	1.165	163.667
Swap	R$299.000	06.2023	Semestrais	IPCA + 4,47%	(175.528)	(1.744)	(177.272)
Resultado *swap*[1]					**(13.026)**	**(579)**	**(13.605)**

(1) Apresentado nas rubricas de "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Mutação líquida das operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Ativo em 31.12.2018	**1.179**	**3.283**	**4.462**
Juros	2.762	(7.316)	(4.554)
Ajuste a valor justo	(939)	(3.291)	(4.230)
Transferências	(1.878)	1.878	-
Amortização de principal	1.875	-	1.875
Amortização de juros	(5.172)	-	(5.172)
(Passivo) em 31.12.2019	**(2.173)**	**(5.446)**	**(7.619)**
Juros	(6.465)	(6.252)	(12.717)
Ajuste a valor justo	(277)	(292)	(569)
Transferências	(3.993)	3.993	-
Amortização de principal	4.001	-	4.001
Amortização de juros	3.299	-	3.299
(Passivo) em 31.12.2020	**(5.608)**	**(7.997)**	**(13.605)**

Segue abaixo a mutação do ajuste a valor justo apresentado nos quadros acima:

Saldo em 31.12.2018	**4.220**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	(4.230)
Saldo em 31.12.2019	**(10)**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	(569)
Saldo em 31.12.2020	**(579)**

a.2) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

A Companhia apresenta a seguir uma análise de sensibilidade do ativo financeiro de concessão e das debêntures, expostos a riscos da variação do IPCA.

O cenário-base provável para o ano de 2021 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	**2020**	**2021**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Administração**
IPCA	4,5%	3,3%	-1,2 p.p.	0,8 p.p.	-0,5 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2021.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2020 e os previstos no cenário provável para 2021, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e nas estimativas da Administração sobre o cenário provável para 2021. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2021, em comparação com o ano de 2020, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2020	Sensibilidade		
		Provável	**Δ + 25%**	**Administração**
Risco de aumento (passivo)				
Debêntures				
IPCA	412.841	5.247	(3.629)	3.261
IPCA (Debêntures com *swap* para o IPCA)	163.667	1.951	(1.349)	840
	576.508	**7.198**	**(4.978)**	**4.101**
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	1.064.683	(12.583)	11.994	(18.002)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures, líquidas dos efeitos do *hedge*, deduzidas do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2020	31.12.2019
Dívida[1]	590.113	637.488
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(55.500)	(48.851)
Dívida líquida	**534.613**	**588.637**
Patrimônio líquido	**762.769**	**670.909**
Endividamento líquido/Patrimônio líquido	**0,70**	**0,88**

(1) Líquida dos efeitos do *hedge*.

c) Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contrato de debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. Em 31.12.2020, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas (Nota 8 – Debêntures).

d) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. A Companhia considera o risco de crédito praticamente nulo, tendo em vista os aspectos comentados a seguir:

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, até dezembro de 2028, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 15 – Transações com partes relacionadas.

d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2020, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A Política de Investimentos e Derivativos impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, a única operação de *hedge* contratada pela Companhia é o *swap* para proteção da variação da taxa DI sobre uma das séries das debêntures emitidas.

e) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2020. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	11.192	-	-	-	11.192
Debêntures[1]	105.089	227.185	222.793	164.516	719.583
	116.281	**227.185**	**222.793**	**164.516**	**730.775**

(1) Líquidas das operações de *hedge*.

O ativo financeiro de concessão não possui risco de liquidez, uma vez que está relacionado à parcela de energia destinada ao ACR, no Sistema de Cota de Garantia Física, cujo pagamento é garantido pelo Poder Concedente.

f) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	31.12.2020	31.12.2019
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	54.906	48.700
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	594	151
Contas a receber de clientes	23.875	23.135
Ativo financeiro de concessão	1.064.683	1.028.006
	1.144.058	**1.099.992**
Passivos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Debêntures	163.667	229.716
Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures[2]	13.605	7.619
Custo amortizado		
Fornecedores	11.192	5.111
Debêntures	412.841	400.153
	601.305	**642.599**

(1) Apresentado como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Os ativos e os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão avaliados por meio de outros dados observáveis (Nível 2), exceto as aplicações financeiras, as quais estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

g) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no ativo financeiro de concessão e na parcela das debêntures que não estão sob o escopo da contabilidade de *hedge*. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.12.2020		31.12.2019	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo financeiro de concessão	1.064.683	1.054.620	1.028.006	993.255
Debêntures	576.508	632.912	629.869	638.222
	1.641.191	**1.687.532**	**1.657.875**	**1.631.477**

NOTA 8 - DEBÊNTURES

Política contábil: As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, exceto pelas debêntures que a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge*, as quais são mensuradas posteriormente ao valor justo por meio do resultado.

a) Composição

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao valor justo						
Debêntures – 1ª emissão	65.091	98.430	163.521	62.727	166.564	229.291
Encargos	146	-	146	426	-	426
	65.237	**98.430**	**163.667**	**63.153**	**166.564**	**229.717**
Mensurados ao custo amortizado						
Debêntures – 1ª emissão	6.061	405.629	411.690	5.052	394.082	399.134
Encargos	1.151	-	1.151	1.018	-	1.018
	7.212	**405.629**	**412.841**	**6.070**	**394.082**	**400.152**
Debêntures	**72.449**	**504.059**	**576.508**	**69.223**	**560.646**	**629.869**
Efeitos do *hedge* (*swap*)						
Posição passiva[1]	5.608	7.997	13.605	2.173	5.446	7.619
Debêntures, líquidos dos efeitos do *hedge*	**78.057**	**512.056**	**590.113**	**71.396**	**566.092**	**637.488**

(1) A posição passiva do *hedge* está apresentada como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

b) Mutação das debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2018	**66.292**	**615.325**	**681.617**
Juros	45.933	-	45.933
Variações monetárias	278	14.760	15.038
Ajuste a valor justo	(3.220)	720	(2.500)
Transferências	70.159	(70.159)	-
Amortização do principal	(66.415)	-	(66.415)
Amortização de juros	(43.804)	-	(43.804)
Saldos em 31.12.2019	**69.223**	**560.646**	**629.869**
Juros	35.167	-	35.167
Variações monetárias	507	17.510	18.017
Ajuste a valor justo	2.496	(3.192)	(696)
Transferências	70.905	(70.905)	-
Amortização do principal	(72.802)	-	(72.802)
Amortização de juros	(33.047)	-	(33.047)
Saldos em 31.12.2020	**72.449**	**504.059**	**576.508**

c) Principais condições contratadas

			Condições de Pagamento				
	Quantidade	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Garantia	Saldos em 31.12.2020
1ª Emissão - Série 1	299.000	107% a.a. sobre Δ Taxa DI com *swap* para IPCA + 4,47% a.a.	Semestralmente	Semestralmente	06.2023	Garantia real	163.667
1ª Emissão - Série 2	386.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Semestralmente	Semestralmente	06.2027	Garantia real	412.841

d) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
2022	79.529
2023	86.106
2024	91.223
2025	94.300
2026	100.881
2027	52.020
Debêntures	**504.059**

e) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2020
Debêntures - 1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1	1,20

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

NOTA 9 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

Natureza dos créditos	31.12.2020				31.12.2019
	Base de cálculo	IR	CSSL	Total	Total
Passivo:					
Remuneração do ativo financeiro de concessão	437.601	109.400	39.384	148.784	99.514
Intangível de bonificação pela outorga	99.911	24.978	8.992	33.970	23.243
		134.378	**48.376**	**182.754**	**122.757**
Ativo:					
Receita de Retorno de Bonificação pela Outorga (RBO)	331.753	82.938	29.858	112.796	75.927
Perdas não realizados em operações de *hedge*	13.605	3.401	1.224	4.625	3.279
Outros	17.389	4.347	1.565	5.912	2.611
		90.686	**32.647**	**123.333**	**81.817**
Valor líquido		**43.692**	**15.729**	**59.421**	**40.940**

b) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Saldo em 31.12.2018	**21.958**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	18.982
Saldo em 31.12.2019	**40.940**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	18.481
Saldo em 31.12.2020	**59.421**

c) Expectativa de realização e exigibilidade

A Administração da Companhia elabora projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	Ativo	Passivo
2021	13.455	18.367
2022	12.367	16.960
2023	10.689	15.729
2024	10.197	13.871
2025	7.905	12.555
2026 a 2028	17.938	28.309
2029 a 2031	16.190	25.476
2032 a 2034	6.861	10.362
2035 em diante	27.731	41.125
	123.333	**182.754**

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2020 e 31.12.2019, era de R$ 582.663, totalmente subscrito e integralizado, representado por 582.663.140 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 582.663.130 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

A Companhia encaminhou para aprovação em Assembleia Geral Ordinária a constituição de reserva de retenção de lucros em 2020, no montante de R$ 86.785 (R$ 77.680 em 2019). Os lucros foram retidos em função de projeções de caixa para os anos futuros, haja vista as obrigações da Companhia.

c) Lucro por ação básico e diluído

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro líquido do exercício	101.503	90.854
Média de ações ordinárias	582.663.140	582.663.140
Lucro por ação básico e diluído – Em reais	**0,17420**	**0,15593**

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

NOTA 11 - DIVIDENDOS

Política contábil: Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

a) Cálculo

	31.12.2020	31.12.2019
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	101.503	90.854
Reserva legal	(5.075)	(4.542)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**96.428**	**86.312**
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	9.642	8.632
Total dos dividendos anuais	**9.642**	**8.632**
Percentual do lucro líquido ajustado	**10%**	**10%**

b) Composição do saldo de dividendos a pagar

	31.12.2020	31.12.2019
Dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2018	38.069	98.069
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2019	8.632	8.632
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2020	9.642	-
	56.343	**106.701**

c) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

d) Dividendos complementares relativos ao exercício de 2019

Em 07.05.2020, na 3ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2019 no valor de R$ 8.632 (R$ 0,0148132669 por ação) e a retenção de lucros no montante de R$ 77.680.

NOTA 12 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil: A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita operacional bruta é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

A Companhia recebe, para a energia vendida no ACR, como parte da Receita Anual de Geração (RAG), a parcela referente à Gestão dos Ativos de Geração (GAG), a qual é destinada para a remuneração dos serviços de operação e manutenção da Usina e visa evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber mensalmente, conforme a obrigação de desempenho de manter a Usina operando é atendida.

A remuneração de ativo financeiro de concessão corresponde aos juros e à variação monetária apurados sobre o saldo de ativo financeiro de concessão (Nota 5).

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	31.12.2020	31.12.2019
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	86.912	99.009
Receita GAG – operação e manutenção	59.910	57.085
Transações no mercado de curto prazo	13.278	7.356
	160.100	**163.450**
Deduções da receita operacional		
PIS e Cofins	(14.810)	(15.119)
Pesquisa e desenvolvimento	(847)	(516)
	(15.657)	**(15.635)**
Remuneração de ativo financeiro de concessão	**144.911**	**145.289**
Receita operacional líquida	**289.354**	**293.104**

NOTA 13 - RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.313	2.064
Juros sobre valores a receber	1	469
Outras receitas financeiras	1	1
	2.315	**2.534**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	53.184	60.971
Hedge de valor justo sobre empréstimos	12.717	4.554
Outros	5	10
Ajuste a valor justo	(127)	1.730
Outras despesas financeiras	337	473
	66.116	**67.738**
Despesas financeiras, líquidas	**63.801**	**65.204**

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

	2020			2019		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**153.723**	**153.723**	**153.723**	**137.653**	**137.653**	**137.653**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(38.431)**	**(13.835)**	**(52.266)**	**(34.413)**	**(12.389)**	**(46.802)**
Outros	49	(3)	46	9	(6)	3
	(38.382)	**(13.838)**	**(52.220)**	**(34.404)**	**(12.395)**	**(46.799)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(24.793)	(8.946)	(33.739)	(20.447)	(7.370)	(27.817)
Diferido	(13.589)	(4.892)	(18.481)	(13.957)	(5.025)	(18.982)
	(38.382)	**(13.838)**	**(52.220)**	**(34.404)**	**(12.395)**	**(46.799)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 15 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2020 e 31.12.2019 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Ativo	Passivo		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores		Dividendos
		Energia	Outros	
31.12.2020				
ENGIE Brasil Energia	8.918	-	838	56.343
Diamante	-	7.000	-	-
Total	**8.918**	**7.000**	**838**	**56.343**
31.12.2019	**11.664**	**1.184**	**463**	**106.701**

c) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 98,4 MW médios, ao preço de R$ 140,68/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2020 era de R$ 524.389.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

Adicionalmente, durante 2020, a Companhia efetuou transações de energia com a sua parte relacionada Diamante Geração de Energia Ltda., também controlada pela ENGIE Brasil Energia, visando a realização de créditos detidos pela parte relacionada na CCEE.

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia nos exercícios findos em 31.12.2020 e 31.12.2019 foram:

	Receita	Custos e Despesas	
	Venda de Energia[1]	Compra de Energia	Serviços de Terceiros
31.12.2020			
ENGIE Brasil Energia	77.897	461	413
Diamante	976	13.681	-
Outras	-	-	1.669
Total	78.873	14.142	2.082
31.12.2019	89.849	25.404	204

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.

d) Acordo operativo

Em 01.07.2019, a Companhia e a controladora celebraram um contrato de compartilhamento de operação e manutenção e recursos humanos, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE Miranda. O contrato possui vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e foi anuído pela Aneel em 10.07.2019. O montante máximo anual do contrato é de R$ 13.684.

e) Operação e manutenção

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção com parte relacionada, o qual tem vigência até 31.01.2023. Os compromissos futuros correspondentes a este contrato, em 31.12.2020, são de R$ 1.583.

NOTA 16 - SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2021 e o valor da cobertura é R$ 1.012.288, sendo R$ 903.630 referente a danos materiais e R$ 108.658 a lucros cessantes.

NOTA 17 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o qual tem vigência até a data de término da concessão. Os compromissos futuros correspondentes a este contrato, em 31.12.2020, são de R$ 790.050.

NOTA 18 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

Em 2020 e 2019, houve compensação de imposto de renda e contribuição social nos montantes de R$ 522 e R$ 1.110, respectivamente.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

José Luiz Jansson Laydner
Diretor-Presidente

Paulo Roberto Keller De Negreiros
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger
Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor-Presidente

Paulo Roberto Keller De Negreiros
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética Miranda

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Energética Miranda ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Miranda em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Ativo financeiro de concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 5 às demonstrações contábeis, o ativo financeiro de concessão é mensurado no início da concessão pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, decorrentes das parcelas a serem liquidadas e, posteriormente, mantido ao custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente. O contrato de concessão estabelece uma divisão para a destinação de utilização da capacidade instalada da usina de Miranda de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR e 30% ao Ambiente de Contratação Livre - ACL. A parcela destinada ao ACR é garantida pelo Poder Concedente e não possui risco de demanda. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade na determinação dos fatores e das premissas por parte da Administração, atreladas ao processo de mensuração do ativo financeiro de concessão.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia relacionados aos cálculos do ativo financeiro de concessão; (ii) discussão das premissas, incluindo a taxa de desconto utilizada no cálculo do ativo financeiro de concessão com a Administração da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de cálculo preparadas pela Companhia para confronto com os registros efetuados no sistema contábil, com a adequada classificação do ativo financeiro de concessão (contas a receber) e ativo intangível; (iv) recálculo do ativo financeiro de concessão; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo financeiro de concessão e a consequente segregação entre ativo financeiro de concessão e ativo intangível, realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a receita da Companhia decorre substancialmente da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão e do fornecimento e do suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância dos valores envolvidos.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita; (ii) exame das planilhas de controle da receita; (iii) recálculo da receita considerando o contrato de concessão e contratos de venda de energia; (iv) confronto das informações com os extratos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 24 de fevereiro de 2021

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011.609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Companhia Energética Miranda

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética Miranda

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Energética Miranda ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Miranda em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis regulatórias, a receita da Companhia decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em virtude da relevância dos valores registrados nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita; (ii) exame das planilhas de controle da receita; (iii) recálculo da receita considerando o contrato de concessão, atentando para se os valores foram calculados corretamente e reconhecidos na competência adequada; (iv) confronto das informações com os extratos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionado à atividade de revisão do cálculo da receita faturada, que alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 24 de fevereiro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 24 de março de 2021

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Regulatórios

Exercícios de

2020 e 2019

Companhia Energética Miranda S.A.

CNPJ: 28.942.127/0001-49
NIRE: 42 3 0004595-1
R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis – SC
CEP 88025-255

ÍNDICE

Relatório da Administração Regulatório 3
Balanços Patrimoniais Regulatórios 9
Demonstrações dos Resultados Regulatórios 11
Demonstrações dos Resultados Abrangentes Regulatórios 12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório 13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa Regulatório 14
Nota 1 – Contexto operacional 15
Nota 2 – Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias 17
Nota 3 – Caixa e equivalentes de caixa 18
Nota 4 – Concessionárias e permissionárias 18
Nota 5 – Intangível 18
Nota 6 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros 19
Nota 7 – Debêntures 23
Nota 8 – Patrimônio líquido 23
Nota 9 – Receita operacional bruta 26
Nota 10 – Resultado financeiro 27
Nota 11 – Imposto de renda e contribuição social 27
Nota 12 – Transações com partes relacionadas 28
Nota 13 – Seguros 28
Nota 14 – Compromissos de longo prazo 29
Nota 15 – Informações complementares ao fluxo de caixa 29
Nota 16 – Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatórios e societários 29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Miranda ("Miranda" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis Regulatórias, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2020. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Aneel, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para operação da Usina Hidrelétrica Miranda ("Usina" ou "UHE Miranda"), em concessão pelo prazo de 30 anos.

A Usina está localizada no Rio Araguari, no município de Indianópolis (MG), com capacidade instalada de 408,0 MW e energia assegurada de 198,2 MW médios.

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foram negociados em 2018 com a controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), pelo prazo de 10 anos, e também estão isentos de risco hidrológico. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Miranda está 100% livre dos impactos de déficit de geração hidrológica durante a vigência deste contrato.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 582.663.140 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 582.663 mil ao final de 2020, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia, uma operadora de infraestruturas em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. No segmento de geração, a controladora implanta e opera empreendimentos de fontes convencionais, como hidrelétricas e termelétricas, e usinas de fontes complementares — pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas, biomassa e fotovoltaicas – sendo a maior geradora privada de energia do país. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

Um novo Conselho de Administração foi eleito na 3ª Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 13.11.2020, composto pelos senhores Eduardo Antonio Gori Sattamini, José Luiz Jansson Laydner e Marcelo Cardoso Malta, sendo o primeiro escolhido para exercer a função de presidente do Conselho.

Na mesma data, na 16ª Reunião do Conselho de Administração, foi reeleita a Diretoria Executiva, com a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Executivo, Paulo Roberto Keller de Negreiros eleito Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores e Arthur Roberto Frota Ellwanger na posição de Diretor Técnico-Operacional.

2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A UHE Miranda pertenceu à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), que foi responsável pela construção da Usina. O prazo de concessão anterior venceu no decorrer de 2017, o que levou a Usina a leilão organizado pelo Governo Federal em 27.09.2017. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução n° 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético (CNPE).

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora, com uma oferta de R$ 1.360 milhões, resultando em ágio de 22,4% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Após a assinatura do contrato de concessão, transcorreu-se um curto período de operação assistida, compartilhada entre os antigos e novos operadores do ativo. Em 29.12.2017, a operação e manutenção da Usina passou a ser integralmente realizada pela equipe da ENGIE. A partir dessa data, iniciou-se a contagem dos 30 anos de concessão.

3. Ambiente Macroeconômico

O cenário pandêmico gerou retração econômica em todo o mundo, vivenciada no Brasil a partir de março de 2020 e refletida na queda estimada de 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, de acordo com o Relatório Focus publicado pelo Banco Central no final de dezembro – o dado oficial deve ser divulgado ao fim do primeiro trimestre de 2021. Em 2019, o PIB havia registrado alta de 1,1%.

Nesse contexto, a inflação acumulada foi de 4,52%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano anterior, o IPCA foi de 4,31%. No mercado de trabalho, os efeitos da recuperação foram modestos até o quarto trimestre do ano, com taxa de desemprego em 13,1%, próximo às máximas históricas, conforme o IBGE.

A taxa básica de juros (Selic) fechou o ano, mais uma vez, no menor patamar histórico: 2,0% a.a., enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,19 – a moeda americana estava cotada em R$ 4,03 ao fim de 2019.

4. Desempenho Operacional

Em 2020, a geração bruta da UHE Miranda foi de 1.804,1 GWh, 17,0% maior que a obtida em 2019, de 1.542,3 GWh. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano de 2020 foi de 99,1%, 0,7 p.p abaixo dos 99,8% atingidos no ano anterior. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global no ano foi de 97,3%, 0,3 p.p. acima do obtido em 2019, que foi de 97,0%.

Importante destacar que a Usina é operada remotamente desde 2018 do Centro de Operação da Geração (COG) localizado em Florianópolis, na sede da ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

A assinatura do contrato para modernização dos sistemas de instrumentação e controle da usina (incluindo regulador de velocidade, regulador de tensão do gerador e sistema supervisório) está prevista para ocorrer no primeiro trimestre de 2021, em um processo que deve transcorrer durante os próximos anos.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	2020	2019	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida regulatória	279.174	274.710	4.464	1,6
Lucro da atividade	153.244	137.281	15.963	11,6
Margem da atividade	54,9%	50,0%	-	4,9 p.p.
Ebitda (Lajida) [1] regulatório	198.965	182.538	16.427	9,0
Depreciação e amortização	(45.721)	(45.257)	(464)	1,0
Resultado financeiro	(63.801)	(65.204)	1.403	(2,2)
Imposto de renda e contribuição social	(30.365)	(24.503)	(5.862)	23,9
Lucro líquido	59.078	47.574	11.504	24,2

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

Receita operacional líquida regulatória

Em 2020, a receita operacional líquida regulatória da Companhia apresentou acréscimo de R$ 4.464 mil, atingindo R$ 279.174 mil, frente aos R$ 274.710 mil reconhecidos em 2019.

Essa variação é consequência, substancialmente, dos seguintes eventos: (i) aumento de R$ 6.231 mil na receita nas transações de energia elétrica, sendo composto por (i.i) aumento de R$ 5.322 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo; e (i.ii) aumento de R$ 909 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais. Mais detalhes sobre este item estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

Custos gerenciáveis e não gerenciáveis

Os custos gerenciáveis e não gerenciáveis reduziram em R$ 11.499 mil entre os anos em comparação, passando de R$ 137.429 mil em 2019 para R$ 125.930 mil em 2020. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) Energia elétrica comprada para revenda e transações no mercado de energia de curto prazo: reduções de R$ 11.262 mil e de R$ 8.697 mil, respectivamente, entre os anos em análise, totalizando redução de R$ 19.959 mil. Mais detalhes sobre as variações estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

b) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – *Royalties*: acréscimo de R$ 1.800 mil entre os anos de 2019 e 2020, motivado, principalmente, pelo acréscimo na geração hidrelétrica observada entre os períodos em análise e pelo reajuste anual.

c) Encargos de uso da rede elétrica e conexão: acréscimo de R$ 1.181 mil entre os anos em análise, decorrente, substancialmente, do reajuste dos contratos.

Transações de energia (incluem as transações realizadas no mercado de curto prazo)

A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF). Adicionalmente, durante 2020, a Companhia efetuou transações de energia com a sua parte relacionada Diamante Geração de Energia Ltda. ("Diamante"), também controlada pela ENGIE, no montante líquido de R$ 12.705 mil visando a realização de créditos detidos pela parte relacionada na CCEE, sendo receitas de R$ 976 mil e custos de R$ 13.681 mil.

As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram acréscimo de R$ 6.231 mil e decréscimo de R$ 19.959 mil, respectivamente, ocasionando o aumento de R$ 26.190 mil no lucro bruto da Companhia. Esse acréscimo é resultado de reajuste de preço dos contratos com as distribuidoras e do contrato com a controladora, atenuado pelas transações realizadas com o intuito de realização de créditos na CCEE.

Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda de 2020 foi de R$ 198.965 mil, R$ 16.427 mil acima do apurado em 2019, que foi de R$ 182.538 mil.

Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram redução de R$ 1.403 mil entre 2019 e 2020, atingindo o montante de R$ 63.801 mil em 2020 (R$ 65.204 mil em 2019). O decréscimo, decorre, principalmente, dos seguintes fatores: (i) redução dos juros de dívidas, decorrente da redução dos saldos, em virtude dos pagamentos ocorridos durante o exercício de 2020; (ii) redução do ajuste a valor justo, o qual é impactado pelas curvas futuras do IPCA; e (iii) parcialmente atenuado, pelo aumento de variações monetárias de dívidas, impactado pelo aumento do IPCA nos exercícios em questão.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

Em 2020, essas despesas aumentaram R$ 5.862 mil, passando de R$ 24.503 mil em 2019 para R$ 30.365 mil em 2020, em decorrência do aumento de 24,1% no lucro antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL em ambos os períodos foi de 34,0%.

Lucro líquido

O lucro líquido de 2020 foi de R$ 59.078 mil, R$ 11.504 mil superior aos R$ 47.574 mil apresentados no ano anterior, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

É importante destacar que quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. Gestão Socioambiental

A Usina Hidrelétrica Miranda segue como referência para suas ações socioambientais a Política ENGIE Brasil Energia de Gestão Sustentável, que abrange as dimensões Qualidade, Gestão de Energia, Meio Ambiente, Mudanças do Clima, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social e Engajamento de Partes Interessadas. A política é pública e pode ser encontradas no website em https://www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-codigos-e-politicas/.

Em 2020 foi realização a primeira auditoria interna na Usina, em preparação à aplicação para as Certificações ISO 9001, 14.001 e OSHAS 18.001 no ano de 2021, tal como ocorre em outras 12 usinas da ENGIE Brasil Energia.

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, executados por liberalidade da Companhia (não são condicionantes legais):

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;
b) Programa de Reflorestamento Ciliar;
c) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;
d) Afugentamento e resgate de peixes nas paradas de máquinas;
e) Monitoramento da Ictiofauna;
f) Programa de Peixamento;
g) Operação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – Jacob;
h) Programa de educação ambiental
i) Acervo arqueológico

7. Recursos Humanos

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2020.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2020.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2020	31.12.2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	55.500	48.851
Concessionárias e permissionárias	4	33.938	32.988
Outros ativos circulantes		1.462	737
		90.900	**82.576**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.654	3.280
Outros ativos não circulantes		55	54
		6.709	**3.334**
Imobilizado		**14.206**	**10.314**
Intangível	**5**	**1.216.836**	**1.262.076**
		1.237.751	**1.275.724**
TOTAL		**1.328.651**	**1.358.300**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49| NIRE N° 42 3 0004595-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2020	31.12.2019
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		8.754	3.069
Dividendos	8.c	56.343	106.701
Debêntures	7	72.449	69.223
Imposto de renda e contribuição social a pagar		23.657	17.715
Obrigações fiscais		2.253	1.748
Encargos setoriais		5.167	4.148
Outros passivos circulantes		10.003	2.214
		178.626	**204.818**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	7	504.059	560.646
Outros passivos não circulantes		11.460	7.765
		515.519	**568.411**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8		
Capital social		582.663	582.663
Reservas de lucros		180.106	88.246
Proventos excedentes da contabilidade societária		(128.263)	(85.838)
		634.506	**585.071**
TOTAL		**1.328.651**	**1.358.300**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49| NIRE N° 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31.12.2020	31.12.2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9		
Suprimento de energia elétrica		297.308	298.282
Energia elétrica de curto prazo		13.278	7.356
		310.586	**305.638**
Deduções da receita bruta			
Tributos			
PIS		(5.125)	(5.043)
Cofins		(23.605)	(23.229)
Encargos – Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.682)	(2.656)
		(31.412)	**(30.928)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**279.174**	**274.710**
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"			
Encargos de uso da rede elétrica		(25.019)	(23.838)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(10.102)	(8.302)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(951)	(778)
		(36.072)	**(32.918)**
LUCRO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**243.102**	**241.792**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"			
Depreciação e amortização		(45.721)	(45.257)
Materiais e serviços de terceiros		(8.069)	(8.177)
Compra de energia, inclusive CCEE		(23.044)	(43.003)
Outros custos operacionais		(13.024)	(8.074)
		(89.858)	**(104.511)**
LUCRO DA ATIVIDADE		**153.244**	**137.281**
Resultado financeiro	10		
Receitas financeiras		2.315	2.534
Despesas financeiras		(66.116)	(67.738)
		(63.801)	**(65.204)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**89.443**	**72.077**
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(33.739)	(27.817)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	3.374	3.314
		(30.365)	**(24.503)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**59.078**	**47.574**
Lucro por ação básico e diluído – em reais		**0,1014**	**0,0816**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	59.078	47.574
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	59.078	47.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Proventos excedentes da contabilidade societária	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31.12.2018		**582.663**	**6.024**	**-**	**102.663**	**(42.558)**	**-**	**648.792**
Dividendos adicionais de 2018		-	-	-	(102.663)	-	-	**(102.663)**
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	(43.280)	43.280	**-**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	47.574	**47.574**
Destinações propostas à AGO:								
- Reserva legal	8	-	4.542	-	-	-	(4.542)	**-**
- Dividendos mínimos obrigatórios	8	-	-	-	-	-	(8.632)	**(8.632)**
- Reserva de retenção de lucros	8	-	-	77.680	-	-	(77.680)	**-**
Saldos em 31.12.2019		**582.663**	**10.566**	**77.680**	**-**	**(85.838)**	**-**	**585.071**
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	(42.425)	42.425	**-**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	59.078	**59.078**
Destinações propostas à AGO:								
- Reserva legal	8	-	5.075	-	-	-	(5.075)	**-**
- Dividendos mínimos obrigatórios	8	-	-	-	-	-	(9.643)	**(9.643)**
- Reserva de retenção de lucros	8	-	-	86.785	-	-	(86.785)	**-**
Saldos em 31.12.2020		**582.663**	**15.641**	**164.465**	**-**	**(128.263)**	**-**	**634.506**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	89.443	72.077
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	45.721	45.257
Juros e variação monetária	65.905	65.066
Outros	4.227	1.730
Lucro antes dos tributos ajustado	**205.296**	**184.130**
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(949)	2.005
Outros ativos	(5.240)	999
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	5.685	362
Obrigações fiscais	510	(861)
Encargos setoriais	1.019	846
Outros passivos	1.186	4.415
Caixa líquido das operações	**207.507**	**191.896**
Pagamento de juros sobre debêntures, líquido de *hedge*	(36.346)	(48.976)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(27.322)	(11.215)
Caixa líquido das atividades operacionais	**143.839**	**131.705**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(386)	(3.109)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(386)**	**(3.109)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de debêntures, líquido de *hedge*	(76.803)	(64.540)
Dividendos pagos	(60.001)	(26.657)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(136.804)**	**(91.197)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**6.649**	**37.399**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	48.851	11.452
Saldo final	55.500	48.851
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**6.649**	**37.399**

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 15 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Miranda ("Companhia" ou "Miranda") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 20.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Miranda ("UHE Miranda" ou "Usina"), localizada no município de Indianópolis, estado de Minas Gerais, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1998 e possui capacidade instalada de 408 MW[1] e 198,2 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

a) Impactos da pandemia provocada pelo novo coronavírus

Em 11.03.2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a propagação da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, como pandemia, fazendo com que os países adotassem abordagens que possibilitem a prevenção de infecções, a preservação da vida e a minimização dos impactos decorrentes da referida doença.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Em decorrência da pandemia, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. Estas medidas resultaram em desaceleração da cadeia de suprimentos e significativo impacto na economia global.

Em 13.03.2020, a controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, constituiu o Comitê de Gerenciamento de Crise para coordenar os esforços e alinhar ações preventivas. No final do 3° trimestre de 2020, a controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, divulgou aos seus colaboradores a possibilidade de retorno gradual à Sede, fornecendo recursos como aplicativo para reserva de datas, cartilha de orientação para acesso às instalações, exames a cada 15 dias para detecção da Covid-19, máscaras descartáveis, álcool gel, entre outros.

Em 2020, a Companhia, não apurou impactos significativos em suas demonstrações contábeis decorrentes da pandemia, estando suas atividades autorizadas pelos órgãos federativos a continuar operando. Adicionalmente, não são esperados efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer sua capacidade operacional. A seguir estão elencados os principais itens que estão sendo acompanhados pela Companhia.

a.1) Demanda de energia elétrica

As restrições à circulação e às atividades comerciais, industriais e de serviços impactam o consumo de energia elétrica. Contudo, grande parte do montante do consumo de energia previsto está respaldado por contratos firmados anteriormente à Covid-19. A garantia física da Companhia está contratada na sua totalidade, sendo que 70% foram destinados ao ACR por meio do regime de cotas de garantia física e 30% foram negociados com a controladora. Em relação à parcela destinada ao regime de cotas no ACR, até o presente momento, não houve alteração nas cláusulas contratuais.

a.2) Nível de inadimplência

A Companhia está acompanhando a realização de seu saldo de contas a receber de clientes, bem como o risco associado a cada cliente. Na data base destas demonstrações contábeis regulatórias não há valores vencidos e, portanto, até o presente momento não houve aumento do nível de inadimplência da Companhia.

a.3) Tributos

O Governo Federal, em decorrência da pandemia, postergou o pagamento de PIS e Cofins (cumulativo e não cumulativo), por meio das Portarias ME n° 139, de 03.04.2020, e n° 245, de 15.06.2020, das competências março, abril e maio de 2020, os quais venceriam em 24 de abril, 25 de maio e 25 de junho, respectivamente, para 25 de agosto, 25 de outubro e 25 de novembro, respectivamente. Os prazos de pagamento do IRPJ e CSLL permaneceram inalterados. O montante total de PIS e Cofins da Companhia abrangidos pelas Portarias foi de, aproximadamente, R$ 6 milhões.

a.4) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu não haver evidências de que os custos registrados sejam superiores aos seus valores de recuperação.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Aneel por meio da Resolução Normativa n° 605, de 11.03.2014 e conforme as políticas contábeis estabelecidas nas práticas contábeis.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativo em certos aspectos. Estas diferenças estão explicadas na Nota 16 – Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatórios e societários.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional utilizada pela Companhia. Adicionalmente, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

e) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e depósitos bancários à vista	**594**	**151**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	54.906	48.700
	55.500	**48.851**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo, estando concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo em 31.12.2020, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2020 e de 2019 foi de cerca de 98,7% e 99,3% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 4 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Política contábil: São registrados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

	31.12.2020	31.12.2019
Distribuidoras	17.640	17.018
ENGIE Brasil Energia	8.918	11.664
Transações realizadas na CCEE	7.380	4.306
	33.938	**32.988**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 45 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Em 31.12.2020, a Companhia apresentava R$ 12 de valores vencidos em seu contas a receber (R$ 19 em 31.12.2019). A Companhia não reconheceu perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 5 – INTANGÍVEL

Política contábil: Refere-se, principalmente, ao direito de uso da infraestrutura, originado pela bonificação pela outorga da concessão. A amortização é registrada de forma linear no prazo de vigência do contrato de concessão. A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar a perda de valores não recuperáveis de seus ativos. Em 2020 e 2019, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável destes ativos.

	Valor bruto em 31.12.2019	Adições 2020	Valor bruto em 31.12.2020	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2020
Ativo intangível em serviço					
Geração					
Bônus de Outorga	1.360.000	-	1.360.000	(143.216)	1.216.784
Software	569	-	569	(517)	52
	1.360.569	**-**	**1.360.569**	**(143.733)**	**1.216.836**

	Valor bruto em 31.12.2018	Adições 2019	Valor bruto em 31.12.2019	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2019
Ativo intangível em serviço					
Geração					
Bônus de Outorga	1.360.000	-	1.360.000	(97.990)	1.262.010
Software	-	569	569	(503)	66
	1.360.000	**569**	**1.360.569**	**(98.493)**	**1.262.076**

NOTA 6 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de índices de preços aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta ao IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

Operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

Política contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge (hedge accounting)*.

A Companhia contratou operação de *swap* com o Banco Itaú BBA para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI. Este é o único instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia, reconhecido de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

No início da operação de *hedge*, elabora-se documentação formal com a descrição dos objetivos e as estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

A operação de *hedge* para a proteção das variações de taxas de juros flutuantes das debêntures da Companhia resulta de posição passiva vinculada à variação do CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*Hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo das debêntures e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

As perdas não realizadas nas operações de *hedge* são estas:

	31.12.2020	31.12.2019
Posição passiva		
Hedge de valor justo sobre debêntures	13.605	7.619
	13.605	**7.619**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante[1]	5.608	2.173
Passivo não circulante[1]	7.997	5.446
	13.605	**7.619**

(1) Apresentado como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Em 31.12.2020, os valores das debêntures e dos *swaps* avaliados ao custo amortizado e ao valor justo são estes:

Instrumento financeiro	Valor de referência	Vencimento principal	Pagamento juros	Juros	Custo amortizado	Ajuste valor justo	Saldo contábil
Debêntures	R$299.000	06.2023	Semestrais	107,0% do CDI	162.502	1.165	163.667
Swap	R$299.000	06.2023	Semestrais	IPCA + 4,47%	(175.528)	(1.744)	(177.272)
Resultado *swap*[1]					**(13.026)**	**(579)**	**(13.605)**

(1) Apresentado nas rubricas de "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Mutação líquida das operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Ativo em 31.12.2018	**1.179**	**3.283**	**4.462**
Juros	2.762	(7.316)	(4.554)
Ajuste a valor justo	(939)	(3.291)	(4.230)
Transferências	(1.878)	1.878	-
Amortização de principal	1.875	-	1.875
Amortização de juros	(5.172)	-	(5.172)
(Passivo) em 31.12.2019	**(2.173)**	**(5.446)**	**(7.619)**
Juros	(6.465)	(6.252)	(12.717)
Ajuste a valor justo	(277)	(292)	(569)
Transferências	(3.993)	3.993	-
Amortização de principal	4.001	-	4.001
Amortização de juros	3.299	-	3.299
(Passivo) em 31.12.2020	**(5.608)**	**(7.997)**	**(13.605)**

Segue abaixo a mutação do ajuste a valor justo apresentado nos quadros acima:

Saldo em 31.12.2018	**4.220**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	(4.230)
Saldo em 31.12.2019	**(10)**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	(569)
Saldo em 31.12.2020	**(579)**

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. A Companhia considera o risco de crédito praticamente nulo, tendo em vista os aspectos comentados a seguir:

b.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, até dezembro de 2028, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 12 – Transações com partes relacionadas. Em relação ao mercado regulado, o recebimento é garantido pelo Poder Concedente.

b.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2020, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

b.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A Política de Investimentos e Derivativos impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, a única operação de *hedge* contratada pela Companhia é o *swap* para proteção da variação da taxa DI sobre uma das séries das debêntures emitidas.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2020. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	8.754	-	-	-	8.754
Debêntures[1]	105.089	227.185	222.793	164.516	719.583
	113.843	**227.185**	**222.793**	**164.516**	**728.337**

(1) Líquidas das operações de *hedge*.

d) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	31.12.2020	31.12.2019
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	54.906	48.700
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	594	151
Concessionárias e permissionárias	33.938	32.988
	89.438	**81.839**
Passivos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Debêntures	163.667	229.716
Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures[1]	13.605	7.619
Custo amortizado		
Fornecedores	8.754	3.069
Debêntures	412.841	400.153
	598.867	**640.557**

(1) Apresentado como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Os ativos e os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão avaliados por meio de outros dados observáveis (Nível 2), exceto as aplicações financeiras, as quais estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 7 – DEBÊNTURES

Política contábil: As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, exceto pelas debêntures que a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge*, as quais são mensuradas posteriormente ao valor justo por meio do resultado.

a) Composição

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao valor justo						
Debêntures – 1ª emissão	65.091	98.430	163.521	62.727	166.564	229.291
Encargos	146	-	146	426	-	426
	65.237	**98.430**	**163.667**	**63.153**	**166.564**	**229.717**
Mensurados ao custo amortizado						
Debêntures – 1ª emissão	6.061	405.629	411.690	5.052	394.082	399.134
Encargos	1.151	-	1.151	1.018	-	1.018
	7.212	**405.629**	**412.841**	**6.070**	**394.082**	**400.152**
Debêntures	**72.449**	**504.059**	**576.508**	**69.223**	**560.646**	**629.869**
Efeitos do *hedge* (*swap*)						
Posição passiva[1]	5.608	7.997	13.605	2.173	5.446	7.619
Debêntures, líquidos dos efeitos do *hedge*	**78.057**	**512.056**	**590.113**	**71.396**	**566.092**	**637.488**

(1) A posição passiva do *hedge* está apresentada como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

b) Mutação das debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2018	**66.292**	**615.325**	**681.617**
Juros	45.933	-	45.933
Variações monetárias	278	14.760	15.038
Ajuste a valor justo	(3.220)	720	(2.500)
Transferências	70.159	(70.159)	-
Amortização do principal	(66.415)	-	(66.415)
Amortização de juros	(43.804)	-	(43.804)
Saldos em 31.12.2019	**69.223**	**560.646**	**629.869**
Juros	35.167	-	35.167
Variações monetárias	507	17.510	18.017
Ajuste a valor justo	2.496	(3.192)	(696)
Transferências	70.905	(70.905)	-
Amortização do principal	(72.802)	-	(72.802)
Amortização de juros	(33.047)	-	(33.047)
Saldos em 31.12.2020	**72.449**	**504.059**	**576.508**

c) Principais condições contratadas

			Condições de Pagamento				
	Quantidade	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Garantia	Saldos em 31.12.2020
1ª Emissão - Série 1	299.000	107% a.a. sobre Δ Taxa DI com *swap* para IPCA + 4,47% a.a.	Semestralmente	Semestralmente	06.2023	Garantia real	163.667
1ª Emissão - Série 2	386.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Semestralmente	Semestralmente	06.2027	Garantia real	412.841

d) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
2022	79.529
2023	86.106
2024	91.223
2025	94.300
2026	100.881
2027	52.020
Debêntures	**504.059**

e) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2020
Debêntures - 1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1	1,20

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

NOTA 8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2020 e 31.12.2019, era de R$ 582.663, totalmente subscrito e integralizado, representado por 582.663.140 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 582.663.130 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido societário do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

A Companhia encaminhou para aprovação em Assembleia Geral Ordinária a constituição de reserva de retenção de lucros em 2020, no montante de R$ 86.785 (R$ 77.680 em 2019). Os lucros foram retidos em função de projeções de caixa para os anos futuros, haja vista as obrigações da Companhia.

c) Dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido societário ajustado do exercício.

d) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

e) Proventos excedentes da contabilidade societária

Refere-se à diferença de resultado da Companhia entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

NOTA 9 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Política contábil: A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

	2020			2019		
	N° Consumidores	MWh Mil	R$ Mil	N° Consumidores	MWh Mil	R$ Mil
Suprimento faturado						
Distribuidoras	54	-	192.768	54	-	182.275
ENGIE Brasil Energia	1	462	76.918	1	598	87.345
Diamante	1	27	1.076	-	-	-
	56	**489**	**270.762**	**55**	**598**	**269.620**
Suprimento não faturado						
Distribuidoras	54	-	17.628	54	-	16.998
ENGIE Brasil Energia	1	43	8.918	1	43	11.664
	55	**43**	**26.546**	**55**	**43**	**28.662**
Transações no mercado de curto prazo	-	-	13.278	-	-	7.356
		532	**310.586**		**641**	**305.638**

Os empreendimentos alcançados pelo regime de cotas são remunerados através de receitas fixas calculadas com base nos custos envolvidos na prestação do serviço de geração. Além disso, o gerador que tem sua energia comercializada em regime de cotas de garantia física não arca com os riscos hidrológicos nem com os resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) associados à Usina.

A capacidade instalada da Usina é destinada na proporção de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) no Sistema de Cota de Garantia Física e 30% ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme o Contrato de Concessão n° 02/2017, assinado em 10.11.2017.

NOTA 10 – RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.313	2.064
Juros sobre valores a receber	1	469
Outras receitas financeiras	1	1
	2.315	**2.534**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	53.184	60.971
Hedge de valor justo sobre empréstimos	12.717	4.554
Outros	5	10
Ajuste a valor justo	(127)	1.730
Outras despesas financeiras	337	473
	66.116	**67.738**
Despesas financeiras, líquidas	**63.801**	**65.204**

NOTA 11 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

	2020			2019		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**89.443**	**89.443**	**89.443**	**72.077**	**72.077**	**72.077**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(22.361)**	**(8.050)**	**(30.411)**	**(18.019)**	**(6.487)**	**(24.506)**
Outros	49	(3)	46	9	(6)	3
	(22.312)	**(8.053)**	**(30.365)**	**(18.010)**	**(6.493)**	**(24.503)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(24.793)	(8.946)	(33.739)	(20.447)	(7.370)	(27.817)
Diferido	2.481	893	3.374	2.437	877	3.314
	(22.312)	**(8.053)**	**(30.365)**	**(18.010)**	**(6.493)**	**(24.503)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 12 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2020 e 31.12.2019 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Ativo	Passivo		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores		Dividendos
		Energia	Outros	
31.12.2020				
ENGIE Brasil Energia	8.918	-	838	56.343
Diamante	-	7.000	-	-
Total	**8.918**	**7.000**	**838**	**56.343**
31.12.2019	**11.664**	**1.184**	**463**	**106.701**

c) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 98,4 MW médios, ao preço de R$ 140,68/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2020 era de R$ 524.389.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

Adicionalmente, durante 2020, a Companhia efetuou transações de energia com a sua parte relacionada Diamante Geração de Energia Ltda., também controlada pela ENGIE Brasil Energia, visando a realização de créditos detidos pela parte relacionada na CCEE.

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia nos exercícios findos em 31.12.2020 e 31.12.2019 foram:

	Receita	Custos e Despesas	
	Venda de Energia[1]	Compra de Energia	Serviços de Terceiros
31.12.2020			
ENGIE Brasil Energia	77.897	461	413
Diamante	976	13.681	-
Outras	-	-	1.669
Total	78.873	14.142	2.082
31.12.2019	89.849	25.404	204

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.

d) Acordo operativo

Em 01.07.2019, a Companhia e a controladora celebraram um contrato de compartilhamento de operação e manutenção e recursos humanos, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE Miranda. O contrato possui vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e foi anuído pela Aneel em 10.07.2019. O montante máximo anual do contrato é de R$ 13.684.

e) Operação e manutenção

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção com parte relacionada, o qual tem vigência até 31.01.2023. Os compromissos futuros correspondentes a este contrato, em 31.12.2020, são de R$ 1.583.

NOTA 13 – SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2021 e o valor da cobertura é R$ 1.012.288, sendo R$ 903.630 referente a danos materiais e R$ 108.658 a lucros cessantes.

NOTA 14 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o qual tem vigência até a data de término da concessão. Os compromissos futuros correspondentes a este contrato, em 31.12.2020, são de R$ 790.050.

NOTA 15 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

Em 2020 e 2019, houve compensação de imposto de renda e contribuição social nos montantes de R$ 522 e R$ 1.110, respectivamente.

NOTA 16 – CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS

As demonstrações contábeis societárias são elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Enquanto as demonstrações contábeis regulatórias seguem a regulamentação regulatória, determinada pela Aneel. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas contábeis regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas contábeis societárias.

Balanço Patrimonial

		31.12.2020			31.12.2019		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		55.500	-	55.500	48.851	-	48.851
Concessionárias e permissionárias	(i)	33.938	(10.063)	23.875	32.988	(9.853)	23.135
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	116.014	116.014	-	112.449	112.449
Outros ativos circulantes		1.462	-	1.462	737	-	737
		90.900	**105.951**	**196.851**	**82.576**	**102.596**	**185.172**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	948.669	948.669	-	915.557	915.557
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	6.654	(6.654)	-	3.280	(3.280)	-
Outros ativos não circulantes		55	-	55	54	-	54
		6.709	**942.015**	**948.724**	**3.334**	**912.277**	**915.611**
Imobilizado		**14.206**	**(11.365)**	**2.841**	**10.314**	**(7.679)**	**2.635**
Intangível	**(i)**	**1.216.836**	**(848.917)**	**367.919**	**1.262.076**	**(880.416)**	**381.660**
		1.237.751	**81.733**	**1.319.484**	**1.275.724**	**24.182**	**1.299.906**
TOTAL		**1.328.651**	**187.684**	**1.516.335**	**1.358.300**	**126.778**	**1.485.078**

	Nota	31.12.2020			31.12.2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores		8.754	-	8.754	3.069	-	3.069
Dividendos		56.343	-	56.343	106.701	-	106.701
Debêntures		72.449	-	72.449	69.223	-	69.223
IR e CS a pagar		23.657	-	23.657	17.715	-	17.715
Obrigações fiscais		2.253	-	2.253	1.748	-	1.748
Encargos setoriais		5.167	-	5.167	4.148	-	4.148
Outros passivos circulantes		10.003	-	10.003	2.214	-	2.214
		178.626	**-**	**178.626**	**204.818**	**-**	**204.818**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Debêntures		504.059	-	504.059	560.646	-	560.646
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	-	59.421	59.421	-	40.940	40.940
Outros passivos não circulantes		11.460	-	11.460	7.765	-	7.765
		515.519	**59.421**	**574.940**	**568.411**	**40.940**	**609.351**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		582.663	-	582.663	582.663	-	582.663
Reservas de lucros		180.106	-	180.106	88.246	-	88.246
Proventos excedentes da contabilidade societária		(128.263)	128.263	-	(85.838)	85.838	-
		634.506	**128.263**	**762.769**	**585.071**	**85.838**	**670.909**
TOTAL		**1.328.651**	**187.684**	**1.516.335**	**1.358.300**	**126.778**	**1.485.078**

Demonstração do resultado

	Nota	31.12.2020 Regulatório	31.12.2020 Ajustes	31.12.2020 Societário	31.12.2019 Regulatório	31.12.2019 Ajustes	31.12.2019 Societário
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Suprimento de energia elétrica	(iv)	297.308	(210.396)	86.912	298.282	(199.273)	99.009
Energia elétrica de curto prazo		13.278	-	13.278	7.356	-	7.356
Receita GAG – operação e manutenção	(iv)	-	59.910	59.910	-	57.085	57.085
Remuneração do ativo financeiro de concessão	(iii)	-	144.911	144.911	-	145.289	145.289
		310.586	**(5.575)**	**305.011**	**305.638**	**3.101**	**308.739**
Deduções da receita bruta							
Tributos							
PIS	(iv)	(5.125)	2.483	(2.642)	(5.043)	2.346	(2.697)
Cofins	(iv)	(23.605)	11.437	(12.168)	(23.229)	10.807	(12.422)
Encargos – Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(iv)	(2.682)	1.835	(847)	(2.656)	2.140	(516)
		(31.412)	**15.755**	**(15.657)**	**(30.928)**	**15.293**	**(15.635)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**279.174**	**10.180**	**289.354**	**274.710**	**18.394**	**293.104**
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"							
Encargos de uso da rede elétrica	(v)	(25.019)	18.821	(6.198)	(23.838)	17.397	(6.441)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(v)	(10.102)	6.815	(3.287)	(8.302)	5.138	(3.164)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(v)	(951)	652	(299)	(778)	778	-
		(36.072)	**26.288**	**(9.784)**	**(32.918)**	**23.313**	**(9.605)**
LUCRO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**243.102**	**36.468**	**279.570**	**241.792**	**41.707**	**283.499**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"							
Depreciação e amortização	(vi)	(45.721)	31.801	(13.920)	(45.257)	31.561	(13.696)
Materiais e serviços de terceiros	(vii)	(8.069)	(3.989)	(12.058)	(8.177)	(7.692)	(15.869)
Compra de energia, inclusive CCEE		(23.044)	-	(23.044)	(43.003)	-	(43.003)
Outros custos operacionais		(13.024)	-	(13.024)	(8.074)	-	(8.074)
		(89.858)	**27.812**	**(62.046)**	**(104.511)**	**23.869**	**(80.642)**
LUCRO DA ATIVIDADE		**153.244**	**64.280**	**217.524**	**137.281**	**65.576**	**202.857**
Resultado financeiro							
Receitas financeiras		2.315	-	2.315	2.534	-	2.534
Despesas financeiras		(66.116)	-	(66.116)	(67.738)	-	(67.738)
		(63.801)	**-**	**(63.801)**	**(65.204)**	**-**	**(65.204)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**89.443**	**64.280**	**153.723**	**72.077**	**65.576**	**137.653**
Imposto de renda e contribuição social corrente		(33.739)	-	(33.739)	(27.817)	-	(27.817)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(viii)	3.374	(21.855)	(18.481)	3.314	(22.296)	(18.982)
		(30.365)	**(21.855)**	**(52.220)**	**(24.503)**	**(22.296)**	**(46.799)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**59.078**	**42.425**	**101.503**	**47.574**	**43.280**	**90.854**

Efeitos de contabilização de contratos de concessão

(i), (iii), (iv), (v), (vi) Concessionárias e permissionárias, ativo financeiro de concessão e intangível

Na contabilidade societária, a parcela da bonificação pela outorga que dá direito incondicional ao recebimento de um fluxo de caixa sem riscos de mercado e hidrológicos foi reconhecida como ativo financeiro de concessão. A diferença entre o valor total da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão foi reconhecida no ativo intangível. A parcela reconhecida no ativo financeiro de concessão é remunerada pela taxa interna de retorno e atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estes efeitos são apresentados na rubrica "Remuneração do ativo financeiro de concessão". A realização deste ativo financeiro de concessão ocorre por meio dos recebimentos do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). Os demais itens integrantes da RAG são reconhecidos em linhas específicas do resultado, conforme segue: (i) Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) – reconhecido na rubrica "Receita GAG – operação e manutenção"; (ii) encargos de conexão, encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos – reconhecidos como recuperação dos custos relacionados. O intangível é amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão.

Em contrapartida, para fins regulatórios o montante total da bonificação pela outorga foi reconhecido no ativo intangível, sendo também amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão. Adicionalmente, as receitas faturadas mensalmente às distribuidoras, relacionada a RAG, são reconhecidas na rubrica "Suprimento de energia elétrica".

Os efeitos acima destacados resultam em diferenças na apuração de PIS e Cofins.

(ii), (viii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos da remuneração do ativo financeiro de concessão, da amortização da diferença entre intangível fiscal e contábil da bonificação paga pela outorga e da receita de RBO geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item anterior.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31.12.2020	31.12.2019
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Saldos no início do exercício	**85.838**	**42.558**
(iii) Remuneração do ativo financeiro da concessão	144.911	145.289
(iv) Retorno da Bonificação de Outorga (RBO), líquida	(134.731)	(126.895)
(v) Custos não gerenciáveis – Parcela "A"	26.288	23.313
(vi) Amortização do intangível	31.801	31.561
(vii) Materiais e serviços de terceiros	(3.989)	(7.692)
(viii) Tributos diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis	(21.855)	(22.296)
Saldos no final do exercício	**128.263**	**85.838**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor-Presidente

Paulo Roberto Keller De Negreiros
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0

DocuSign Envelope ID: 177AE025-501A-4CFB-84E4-CF53DDE30E64

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA 4872-V.1

FLORIANOPOLIS, 22 de Abril de 2021

Ticiana Freitas de Souza
Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF - Agência Nacional de Energia Elétrica

Referência: Termo de responsabilidade - Companhia Energética Miranda

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004
Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:
(...)
X - fornecer informação falsa a ANEEL;
CÓDIGO PENAL
Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.
Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

RUA PASCHOAL APOSTOLO PITSICA - 88025-255 - AGRONOMICA - FLORIANOPOLIS,SC

DocuSign Envelope ID: 177AE025-501A-4CFB-84E4-CF53DDE30E64



José Luiz Jansson Laydner

Diretor-Presidente



Paulo Roberto Keller De Negreiros

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores



Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos

Contadora - CRC SC 034594/O-0

DocuSign Envelope ID: 177AE025-501A-4CFB-84E4-CF53DDE30E64

.

.

Paulo Roberto Keller De Negreiros
Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores

Anexos: .

.

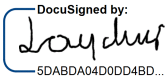
Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 177AE025501A4CFB84E4CF53DDE30E64
Status: Concluído
Assunto: DocuSign: Termo responsabilidade 2020 - Miranda.pdf
Envelope fonte:
Documentar páginas: 3
Assinaturas: 3
Remetente do envelope:
Certificar páginas: 5
Rubrica: 0
Ivy Amaral
Assinatura guiada: Ativado
Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
FLORIANOPOLIS, SC 88020010
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília
ivy.amaral@engie.com
Endereço IP: 179.187.95.146

Rastreamento de registros

Status: Original
Portador: Ivy Amaral
Local: DocuSign
23/04/2021 09:01:18
ivy.amaral@engie.com

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos gabriela.mattos@engie.com ENGIE BRASIL ENERGIA S.A Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 CPF do signatário: 07353651997 Cargo do Signatário: Contadora **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 08/03/2019 18:36:36 ID: b081e925-fc68-4e2a-9566-5242894c9753	DocuSigned by: Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos 0BEFDF9081F2431... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 147.161.129.99	Enviado: 23/04/2021 09:03:33 Visualizado: 23/04/2021 09:09:53 Assinado: 23/04/2021 09:17:10
Paulo Roberto Keller de Negreiros paulo.negreiros@engie.com Gerente de Contabilidade ENGIE BRASIL ENERGIA S.A Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 CPF do signatário: 96183780049 Cargo do Signatário: Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não disponível através da DocuSign	DocuSigned by: Paulo Roberto Keller de Negreiros AF080478281C4A1... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 147.161.129.92	Enviado: 23/04/2021 09:17:10 Visualizado: 23/04/2021 09:22:35 Assinado: 23/04/2021 09:24:00

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
José Luiz Jansson Laydner Jose.Laydner@engie.com Diretor de Operação ENGIE BRASIL ENERGIA S.A Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 CPF do signatário: 48176702900 Cargo do Signatário: Diretor Presidente **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não disponível através da DocuSign	DocuSigned by:  5DABDA04D0DD4BD... Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 147.161.129.81	Enviado: 23/04/2021 09:24:01 Visualizado: 23/04/2021 20:04:18 Assinado: 23/04/2021 20:04:52

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	23/04/2021 09:03:33
Entrega certificada	Segurança verificada	23/04/2021 20:04:18
Assinatura concluída	Segurança verificada	23/04/2021 20:04:52
Concluído	Segurança verificada	23/04/2021 20:04:52

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, ENGIE BRASIL ENERGIA S.A (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact ENGIE BRASIL ENERGIA S.A:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: fabricio.schlickmann@engie.com

To advise ENGIE BRASIL ENERGIA S.A of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fabricio.schlickmann@engie.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from ENGIE BRASIL ENERGIA S.A

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fabricio.schlickmann@engie.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with ENGIE BRASIL ENERGIA S.A

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to fabricio.schlickmann@engie.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify ENGIE BRASIL ENERGIA S.A as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by ENGIE BRASIL ENERGIA S.A during the course of your relationship with ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.